

Prezados, bom dia.

Serve o presente para apresentar esclarecimentos sobre os atestados apresentados para fins de qualificação técnica como requisito para participação no PE nº 209/2023 para fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar de Nova Friburgo.

A Infinity Multiserviços LTDA é uma subsidiária da HB Multiserviços S.A. como pode ser verificado no contrato social da INFINITY, sendo a única sócia com controle total.

Este tipo de empresa emana o chamado princípio da subsidiariedade, da qual afirma que uma função deve ser exercida por quem está mais próximo dela. Desta forma, uma empresa subsidiária é aquela subordinada à outra maior.

Esta subordinação é geralmente feita através da compra massiva de ações da empresa subsidiária. Em outras palavras, para que exista uma empresa subsidiária deve haver outra maior, também chamada de empresa matriz. No presente caso a HB Multiserviços S.A. é essa empresa matriz.

Assim, em relação aos atestados apresentados, o fato de serem da Empresa matriz, não é impeditivo para serem utilizados pela Subsidiária, conforme entendimento do TCU abaixo:

284.3 – Admite-se a apresentação, para fins de habilitação, de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral, desde que na criação da subsidiária tenha havido transferência parcial de patrimônio e de pessoal da controladora. Representação formulada por empresa licitante apontara supostas irregularidades em pregão eletrônico promovido pelo 5o Batalhão de Suprimento, com recursos do Fundo do Exército, para a aquisição de trinta mil japosas. A representante questionara a aceitação, por parte do pregoeiro, de atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora do certame, quando, na verdade, tais atestados tinham sido emitidos em nome de outra empresa, controladora e única acionista da vencedora da licitação. Examinando a questão, o relator anuiu à análise da unidade técnica, que concluiu não ter havido ilegalidade na habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, pois “o TCU já se manifestou sobre o tema em dois acórdãos: 2444/2012-TCU-Plenário e 1233/2013-Plenário, concluindo pela legalidade do procedimento, desde que na criação da subsidiária integral tenha havido transferência parcial de patrimônio e pessoal”. No caso concreto,

consultas ao sistema CNPJ e à base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) corroboraram a alegação da empresa vencedora do certame de que, para sua constituição, haviam sido transferidos instalações físicas e funcionários da empresa controladora. Com fundamento nessas considerações, o Tribunal conheceu da Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente. Acórdão 4936/2016 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho.

Como pode ser verificado no Contrato Social, nos balanços, CNPJ e QSA (Quadro dos sócios e administradores) da referida empresa, seu capital foi integralizado totalmente com transferência de parte do patrimônio da Empresa Matriz, tal seja, a HB Multiserviços S.A.

Conforme fichas de funcionários em anexo, podemos verificar que parte dos funcionários também foram realocados para a subsidiária.

Apresentamos esses esclarecimentos no intuito de não deixar dúvidas quanto à legalidade e capacidade da Infinity em participar da contratação objeto do presente certame.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2023.

INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA